

PERSPECTIVAS E DESAFIOS NA CRIAÇÃO DE UMA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA

Geusa da Purificação Pereira*

André Neves Fenelon**

Marcelo Leles Romarco de Oliveira***

RESUMO: As Reservas Extrativistas - Resex são formadas a partir dos espaços territoriais criados com o intuito de contribuir para a conservação de determinadas áreas ambientais, aliando a preocupação em conservar os recursos naturais com a sua utilização sustentável e a permanência e manutenção dos meios de vida das populações tradicionais residentes nesses territórios. Tais espaços são produtos da luta histórica, iniciada, sobretudo, na região Norte do país. O processo de constituição das Resex é palco de uma diversidade de interesses, o que vai acarretar no surgimento de conflitos, especialmente, o conflito socioambiental. No caso das Resex Marinhas, os conflitos que as envolvem adquirem uma dimensão ainda maior, haja vista a localização privilegiada em que essas unidades são criadas. Assim, este trabalho busca trazer uma contribuição ao debate para se pensar nas principais perspectivas e desafios envolvidos na criação de uma Resex. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo, que compreende, além de informações bibliográficas referentes à temática em análise, dados de campo obtidos a partir de entrevistas a extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras, Bahia. Como resultado, conclui-se que a conservação de determinados espaços ambientais por meio da criação de uma Resex é fundamental para a proteção territorial e a manutenção dos meios de vida das populações. No entanto, para a sua criação é imprescindível a organização e mobilização das populações tradicionais, com vistas ao enfrentamento dos interesses contrários à sua criação dada suas especificidades, localização e as diferentes formas de conflitos socioambientais inerentes a esse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Conservação ambiental; Populações tradicionais; Resex; Território.

* Doutoranda em Extensão Rural no Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

** Mestre em Extensão Rural pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

*** Doutor em Ciências Sociais. Docente adjunto do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Brasil.

PERSPECTIVES AND CHALLENGES IN THE ESTABLISHMENT OF A MARINE EXTRACTIVE RESERVE

ABSTRACT: Extractive Reserves (Resex) are established from territorial spaces to contribute towards the conservation of certain environmental areas. There is a concern for the conservation of natural resources through sustainable use and permanence and maintenance of the life of populations traditionally inhabiting these areas. These spaces are the product of historical struggles, initially in the northern region of Brazil. The process of Resex constitution is the stage of several interests featuring conflicts, especially social and environmental struggle. In the case of Marine Resex, the conflicts have acquired a greater dimension due to the privileged sites where it was established. Current paper contributes to the debate on the main perspectives and challenges involved in the founding of a Resex. Current descriptive research comprises bibliographic information on the theme, and data from interviews with extractivists of the Marine Resex of Canavieiras BA Brazil. Results show that the conservation of certain environments through the establishment of a Resex is basic for territorial protection and the maintenance of the populations' lifestyle. However, the organization and the mobilization of traditional peoples are crucial for its establishment. This is due to contrary interests to their establishment because of their specificities, localization and the different forms of social-environmental conflicts inherent to the process.

KEY WORDS: Environmental conservation; Traditional populations; Resex; Territory.

INTRODUÇÃO

O crescente interesse pelo acúmulo de capital e a busca pelo progresso econômico do país contribuem para que a utilização dos recursos naturais fosse feita de forma insustentável e irresponsável, causando alterações significativas no meio ambiente. Essas alterações, sejam elas físicas ou biológicas contribuem ao longo do tempo para a modificação da paisagem e o conseqüente comprometimento de diversos ecossistemas (MUCELIN; BELLINI, 2008). Tais modificações acarretam em uma diversidade de conseqüências sociais, econômicas e culturais para a sociedade.

O Brasil possui uma formação sócio-cultural muito diversa, tais como: povos indígenas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, dentre outras comunidades com visão de mundo, religiosidade e percepção da natureza muitas vezes distintas da sociedade

urbana. Este segmento específico da população, reconhecido recentemente como povos tradicionais, sofre diversas formas de danos perante os inúmeros conflitos e, conseqüentemente, degradações humanas e ambientais, uma vez que tais espaços (territórios) são disputados por interesses antagônicos, muitas vezes injustos às camadas menos favorecidas, sobretudo do ponto de vista monetário (BRASIL, 2007; LITTLE, 2002).

Esses interesses criam um cenário de embates que envolvem dois grupos distintos: de um lado a parte mais frágil (os usuários da terra), desejosos em prosseguir sua existência da maneira tradicional em que viviam seus ancestrais; do outro, empresários, fazendeiros e grileiros que, vorazmente, intentam emplacar seus megaprojetos sob pena de expulsar a parte mais vulnerável de seus territórios.

Anterior à década de 1980, esse embate era sobremaneira injusto, pois a cultura e a sensibilidade jurídica brasileira no sentido de amparar a população tradicional era frágil ou inexistente, esse cenário modifica-se por meio de intensas lutas políticas e sociais que marcaram o país no contexto pós-ditadura, tendo Chico Mendes como um dos principais expoentes dessas lutas e pela bandeira no reconhecimento dessas populações (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Tais reivindicações contribuíram para que o congresso constituinte brasileiro incorporasse os anseios dessa população junto ao texto Constitucional Federal de 1988, inserindo um capítulo exclusivo ao meio ambiente, além de enfatizar a proteção da diversidade cultural dos povos que constroem a identidade da nação (BRASIL, 1988). Assim, essa população ganha visibilidade no cenário nacional, reivindicando direitos territoriais e culturais, bem como denunciando os impactos ambientais sobre seus territórios causados por grandes empreendimentos desenvolvimentistas.

Diante desse cenário emergiu uma conquista: a criação das Reservas Extrativistas (Resex), a partir dos movimentos sociais dos seringueiros da Amazônia no início dos anos 1980, cuja finalidade era garantir a terra e o uso dos recursos naturais para as populações tradicionais que viviam nestas áreas e estavam sendo expulsas de seus territórios para dar lugar à locação de grandes investimentos agropecuários (CHAMY, 2004).

De acordo com Silva e Muller (2017), a existência de conflitos de interesses e lutas por poder, bem como o processo de institucionalização pelo qual passou a

Amazônia brasileira, conduziu essa região para esta forma inovadora de gestão a qual integra a conservação ambiental com a presença e utilização do espaço e dos recursos pelas populações.

Seguindo esses passos, o trabalho em pauta traz uma contribuição reflexiva acerca das principais perspectivas e desafios envolvidos na criação de uma Resex. Para tanto, aponta como caso específico a criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, localizada na Região Sul da Bahia, evidenciando o seu processo de constituição e os principais desafios imersos nesse processo.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um artigo descritivo, que compreende, além de informações bibliográficas referentes à temática em análise, dados de campo obtidos a partir de entrevistas com extrativistas da Resex Marinha de Canavieiras, Bahia. Essas entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro a outubro de 2015.

A Resex Marinha de Canavieiras abrange três municípios, sendo a maior concentração no litoral do município de Canavieiras e pequenas partes dos litorais dos municípios de Una e Belmonte, no estado da Bahia (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2015).

De acordo com informações levantadas a partir de um Termo de Cooperação firmado entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) intitulado “Apoio ao processo de identificação das famílias beneficiárias e diagnóstico socioprodutivo em Unidades de Conservação Federais”, o qual teve como objetivo traçar o perfil dos usuários/beneficiários das Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais (Flonas) no Brasil, foram mapeados na Resex de Canavieiras 1.995 famílias o que equivale a aproximadamente 12.035 pessoas.

A área total da Resex é de aproximadamente 100.645,85 ha (cem mil, seiscentos e quarenta e cinco hectares e oitenta e cinco centiares) (INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018a). Na Figura 1 é possível observar a localização desta Resex Marinha.

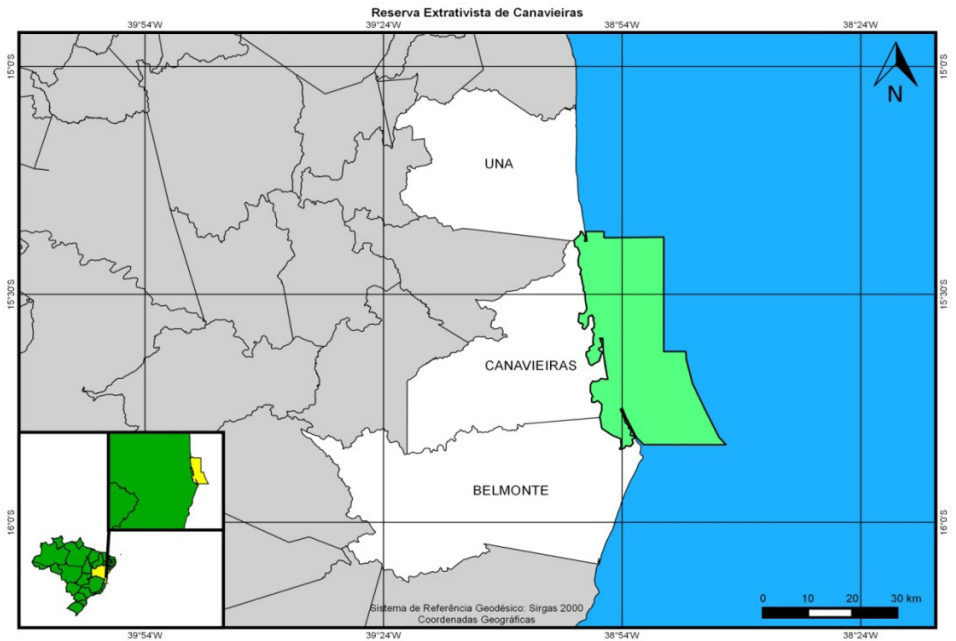


Figura 1. Mapa dos municípios que compõem a Resex Marinha de Canaveiras, com destaque em verde para a área de abrangência da Resex

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2015, p. 1).

No total foram entrevistados 30 (trinta) extrativistas residentes e beneficiários da Resex, além disso, realizou-se também observação participante em espaços de debates e reuniões realizados na Resex durante o trabalho de campo.

Dentre os entrevistados, optou-se por priorizar pessoas que haviam participado das mobilizações iniciais pela criação da Resex, uma vez que pretendia-se entender como se deu esse processo, as principais etapas de criação e as transformações observadas a partir da criação da Resex, em 2006.

Desse modo, o roteiro de entrevista compreendia questionamentos tais como: Como surgiu a ideia pela criação da Resex? Como foram as mobilizações iniciais nesse processo? Quais as organizações favoráveis e quais as organizações contrárias a essa criação? Quais as principais transformações e mudanças que a criação da Resex possibilitou? Dentre outras. Tais questionamentos tinham como propósito obter informações que permitissem compreender o processo, a criação e o período pós criação dessa Unidade de Conservação.

2.1 MEIO AMBIENTE, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A biodiversidade terrestre possui capacidade para viabilizar a manutenção das mais variadas e inúmeras vidas encontradas e estabelecidas neste planeta. Contudo, associada à dinâmica natural da Terra, existe também a capacidade humana em perturbar o sistema ambiental, fato que tem sido evidenciado de modo incontestável nas últimas décadas, alterando o equilíbrio físico-químico do planeta e a velocidade dos processos (NUNES, 2003), gerando diversos problemas ambientais.

Os problemas ambientais hoje enfrentados são frutos do consumo excessivo dos recursos naturais, com vistas a atender o crescimento das populações das cidades e das economias dos países ao redor do globo. Esse consumo excessivo levava em consideração o “mito da natureza infinita” que ainda perdura na mente das pessoas, levando-os a utilizar os recursos de forma irresponsável e inconsequente (RODRIGUES FILHO; SANTOS, 2011).

Seguindo tal compreensão, observa-se, portanto, que um rastro de destruição foi desencadeado pelo modelo de produção instaurado há séculos no planeta. A partir de então tornaram-se notórias as consequências que este modelo tem deixado: um processo gradual e catastrófico de extermínio maciço tanto no âmbito natural, quanto social. Assim, faz-se necessária maior preocupação com a questão ambiental no sentido de refletir e modificar o formato de “desenvolvimento” imposto, para, então, criar alternativas menos degradantes, a fim de reduzir os impactos ambientais, assim como os conflitos socioambientais referente ao uso exaustivo dos recursos naturais.

O conflito socioambiental é entendido como aquele que emerge a partir da disputa por acesso a bens e serviços ambientais, gerando confronto entre atores sociais que defendem diferentes formas de gestão dos bens coletivos de uso comum, um deles, o meio ambiente. Para além das diferentes formas de gestão, os conflitos socioambientais muitas vezes também estão associados às diferentes atribuições de valores que cada ator social direciona a tais recursos, haja vista que, para além dos valores econômicos, os recursos naturais possuem também valor cultural e simbólico, dentre outros, que podem contribuir para atenuar as divergências de

interesse em torno deles (MUNIZ, 2009).

Assim, é importante considerar que a ideia de natureza e as relações estabelecidas sobre ela, bem como sua concepção e estrutura estão sujeitas a variações, de acordo com a maneira pela qual é apropriada simbolicamente. Ou seja, diferentes significados podem ser atribuídos a uma mesma base material, a depender da perspectiva assumida por distintos atores sociais (VIEGAS, 2009).

Desse modo, “[...] o ‘meio ambiente’ pode ser lido como um campo de disputa estabelecido fundamentalmente no plano simbólico e o ‘conflito ambiental’ como luta também de significações, como uma espécie particular de conflito social” (VIEGAS, 2009, p. 146), envolvendo diferentes representações sobre meio ambiente na disputa por outros modos de uso e apropriação, material e simbólica, de determinados territórios.

Nesse sentido, é importante contextualizar que os recursos naturais, o território, as simbologias e agregação de significados aos bens e recursos naturais geralmente possuem para as populações tradicionais uma importância significativa, uma vez que essas populações, de acordo com a definição dada pelo Decreto 6.040/2007, possuem laços de ancestralidade com território e recursos naturais que o compõem. Este decreto, em seu artigo 3º, inciso I, define populações tradicionais como grupos diferenciados culturalmente, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Esses grupos se reconhecem enquanto grupos tradicionais e utilizam conhecimentos, inovações e práticas que são gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, ainda segundo o Decreto, os territórios tradicionais caracterizam-se como “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária” (BRASIL, 2007). Entre esses povos e comunidades, incluem-se os quilombolas, matriz africana, seringueiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, pescadores artesanais, marisqueiras, ribeirinhos, entre outros (BRASIL, 2018).

Observa-se que dentre as populações tradicionais em suas diversas categorias, estão inclusos os seringueiros, os quais tiveram um papel importante na história

brasileira. Esses atores protagonizaram um processo histórico de lutas sociopolíticas envolvendo diversas formas de conflitos socioambientais imprescindíveis junto ao processo de criação das primeiras Reservas Extrativistas. Contudo, frisa-se que esse decurso não foi uma luta exclusiva dos seringueiros, mas de diversas outras categorias de populações tradicionais acima mencionados, as quais tinham seus territórios e meios de vidas ameaçados em virtude do modelo de exploração, sobretudo, na região Norte do país, palco das primeiras mobilizações com vistas à constituição das Reservas Extrativistas.

2.2 AS RESERVAS EXTRATIVISTAS E AS LUTAS SOCIAIS IMERSAS EM SEU PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO

Conforme mencionado anteriormente, o meio ambiente vem sofrendo profundas transformações em virtude da forma que tem sido explorado, evidenciando assim a necessidade e a urgência de minimizar os impactos sobre o mesmo. Para tanto, a matriz do desenvolvimento precisa ser ajustada a uma lógica sustentável, o que intrinsecamente implica também em proporcionar melhorias das condições de vida para as populações. Na busca pelo atendimento de tais anseios, sociedade e Estado são corresponsáveis, uma vez que a conservação ambiental não se dá de forma isolada, mas requer a interação dos distintos atores sociais que integra.

Diante da necessidade de contribuir para a conservação ambiental, a criação das unidades de conservação é a forma pela qual o Estado busca proteger determinadas áreas, ainda que não garanta a proteção ampla desses recursos (BRASIL, 2000). Segundo Vallejo (2003), a criação das unidades de conservação vem se constituindo em uma das principais formas de intervenção governamental, com vistas a reduzir as perdas da biodiversidade frente à degradação ambiental imposta pela sociedade, incluindo a desterritorialização das espécies da flora e da fauna.

Regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴, as unidades de conservação abrangem um espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes,

⁴ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação foi criado pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e tem como principal finalidade é estabelecer as normas e os critérios de uso e preservação das Unidades de Conservação no Brasil (BRASIL, 2000).

as quais são legalmente instituídas pelo poder público, tendo como objetivo a conservação dos limites definidos sob regime especial de administração aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

As unidades de conservação possuem entre seus princípios a preocupação de proteger os ecossistemas e espécies ameaçadas de extinção, a definição de ecossistemas que possibilitem a preservação da biodiversidade e a manutenção das funções biológicas essenciais ao equilíbrio do planeta (BENETTI, 1998).

As áreas protegidas constituem um

[...] importante instrumento para a política de conservação do meio ambiente brasileiro, mas a sua criação não pode restringir-se às informações do meio físico, portanto ficando a sua criação à mercê somente dos pareceres técnicos contidos nas ciências naturais, desconsiderando os processos sociais, econômicos, agrários e culturais existentes na área a ser protegida (BENETTI, 1998, p. 5).

Assim sendo, para além da preocupação com as espécies, é necessário preocupar-se também com as populações que historicamente vivem e se desenvolvem a partir do uso dos recursos contidos nos territórios onde são criadas as unidades de conservação.

Nesse sentido, Diegues (2001) afirma que para que a ação dos grupos ambientalistas seja mais efetiva é necessário que esses deixem de lutar apenas pelo “verde”, incorporando em sua luta a defesa das populações que sempre utilizaram e ainda utilizam os ecossistemas costeiros (e terrestres), uma vez que, em muitos casos, isso é fundamental para a proteção e uso sustentável dos recursos naturais renováveis.

Assim, as Unidades de Conservação permitem essa dupla incorporação, para tanto, dividem-se em duas categorias: Unidades de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável⁵, objetivando respectivamente preservar a natureza, admitindo

⁵ As Unidades de Proteção integral compreendem: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio da Vida Silvestre (REVIS). As Unidades de Uso Sustentável por sua vez compreendem: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, 2000).

apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Nesse contexto, as Reservas Extrativistas (Unidade de Uso Sustentável) são frutos de um processo histórico que envolveu diversas formas de conflitos socioambientais no decorrer das lutas pela sua constituição, conflitos os quais foram de suma importância para garantir a conquista territorial e a institucionalização de novos espaços protegidos ao longo do tempo.

A concepção dessa categoria de Unidade de Conservação no Brasil tem início no final da década de 1980, em decorrência de violentos conflitos sobre legitimidade e regularização fundiária na Amazônia de terras historicamente habitadas por populações tradicionais, por meio dos movimentos dos seringueiros que denunciaram muitas práticas predatórias do ambiente natural e de injustiça social (CHAMY, 2004). Contudo, as lutas sociais para a criação de tais territórios surgem desde meados da década de 1970 (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Desde essa época, os seringueiros lutavam para salvar as florestas e os povos que nela habitavam, sendo essas lutas um importante marco na constituição das Reservas Extrativistas que se manifestavam, sobretudo, através dos sindicatos da categoria (OLIVEIRA FILHO, 2012). A seção que segue apresenta um breve contexto histórico do processo de mobilização social na região Amazônica, tendo em vista a criação das Reservas Extrativistas.

2.3 A ATUAÇÃO DOS SERINGUEIROS NA CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Os seringueiros e povos das florestas possuem um importante papel na constituição das primeiras Resex do país, deixando um importante legado para as populações tradicionais que a precedem, sem, no entanto, eliminar a necessidade de luta constante pela criação de novos espaços de conservação ambiental, de garantia territorial dessas populações e de legitimidade desse processo.

Até o início da década de 1980, os seringueiros constituíam uma categoria praticamente invisível no cenário social, sendo quase que totalmente desconhecidos tanto na esfera governamental como na literatura acadêmica, que

discutia intensivamente a fronteira amazônica. No entanto, com a ascensão das diferentes formas de lutas por preservação e por conquista de seu espaço, os índios, os seringueiros e outros camponeses da floresta começaram a ganhar visibilidade à medida que se envolviam e se posicionavam contra os acontecimentos a que estavam submetidos, revelando-se atinados na luta pelos seus direitos e territórios (ALMEIDA, 2004).

Nessa circunstância, os extrativistas ganharam visibilidade a partir do momento em que passaram a se posicionar mais firmemente contra os desmandos e as destruições a que estavam submetidas as florestas, o que colocava em risco tanto o meio ambiente quanto as pessoas que integravam e dependiam dele, já que os bens necessários para as suas vidas e sobrevivência eram retirados da natureza. Assim, por meio da união e da organização dos povos tradicionais que utilizavam essas áreas que se manifestavam as principais lutas e mobilizações em prol dos interesses coletivos desses sujeitos, prejudicados pela devastação constante das florestas e pela consequente ausência de um Estado garantidor de direitos e proteção.

Os principais espaços de luta utilizados pelos extrativistas na região foram os sindicatos, sendo inicialmente implementados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1975, com o apoio da Igreja Católica, nas cidades de Sena Madureira, Rio Branco e em Brasiléia - no Estado do Acre. A luta dos seringueiros ganha destaque no município de Brasiléia, evidenciando dois importantes nomes: Wilson Pinheiro e Chico Mendes, este que assumiu a secretaria do sindicato de Brasiléia, e em 1977 fundou o sindicato em Xapuri (AC), outra importante arena de atuação dos seringueiros (OLIVEIRA FILHO, 2012; MILANEZ, 2013).

A estratégia para defesa da floresta comumente adotada pelos seringueiros eram os “empates”, forma pacífica de luta desenvolvida pelos extrativistas que consistia na organização de um grupo de resistência formado pelos seringueiros, que, de maneira organizada, se posicionavam diante das foices e motosserras, nas áreas ameaçadas pelo desmatamento dos fazendeiros, visando impedir que as árvores fossem derrubadas. Nos “empates”, uma das estratégias utilizadas pelos seringueiros era a de colocar as mulheres à frente do grupo com as bandeiras para evitar que a polícia atirasse (NAKASHIMA, 1992). De acordo com Oliveira Filho (2012), essa

forma de resistência aconteceu pela primeira vez em março de 1976, tendo sido realizados, até dezembro de 1988, um total de 45 empates, totalizando 30 derrotas e 15 vitórias.

À medida que crescia a mobilização dos seringueiros com vistas à proteção do seu território e manutenção dos seus meios de vida, ampliava-se também a insatisfação dos fazendeiros, que deixavam de usar a tática da intimidação dos trabalhadores, passando a eliminar seus líderes. Em consequência disso, a partir de 1975, cresceu o número de assassinatos no campo, tendo sido Wilson Pinheiro uma das vítimas, assassinado na sede do sindicato de Brasília em julho de 1980. Após a morte de Wilson Pinheiro, a luta dos extrativistas continuou sob liderança de Chico Mendes (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Além disso, como forma de defender os interesses dos fazendeiros, foi criada em 1985 a União Democrática Ruralista (UDR), na cidade de Presidente Prudente (SP). Essa entidade congregava os latifundiários na defesa de suas propriedades e na formação de um fundo para eleger congressistas constituintes, os quais defenderiam seus interesses na Constituição. Com a criação dessa instituição, aumentaram ainda mais os assassinatos dos extrativistas (OLIVEIRA, 2001; OLIVEIRA FILHO, 2012).

Nesse mesmo período, por não conseguir responder à escalada das queimadas e da violência, os empates haviam passado para a defensiva. Por conta disso, Chico Mendes passou a buscar apoio e aliados externos. No início de 1985, seringueiros de diferentes partes da Amazônia - com o apoio da antropóloga Mary Allegretti e aporte financeiro de algumas agências de fomento - partiram para Brasília para participar do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. Nessa ocasião, criaram-se as bases para o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), e é citada pela primeira vez no documento final resultante desse evento a expressão Reserva Extrativista (ALMEIDA, 2004).

O CNS incluiu a Reserva Extrativista como um dos seus objetivos, a partir de então o próprio CNS e a discussão sobre Reserva Extrativista passaram a ser bastante debatidos em diferentes cenários. A partir de então, intensificaram-se as lutas e a reivindicação pelos direitos dos povos da floresta, sendo formada em 1986 uma comissão organizada pelas lideranças indígenas e pelo CNS, que foram a Brasília reivindicar seus direitos, começando assim a fortalecer o movimento de "Aliança

dos Povos da Floresta”⁶. Essa organização surgiu com o intuito de unir forças entre índios e seringueiros na luta pela terra, pelos recursos naturais e garantia do seu uso pelas comunidades tradicionais, tendo como um de seus objetivos a criação das Reservas Extrativistas (OLIVEIRA FILHO, 2012).

Em 22 de dezembro 1988, Chico Mendes foi assassinado no Acre, tornando-se uma referência na luta dos povos da floresta (NAKASHIMA, 1992). Como acontece em muitos fatos históricos, a morte de líderes de movimentos importantes em alguns casos serve para impulsionar a implementação dos objetivos defendidos pelos mesmos. Assim, dois anos após a morte de Chico Mendes, foi criada a primeira Reserva Extrativista do país, a Resex do Alto Juruá no Estado do Acre, com decreto de criação datado de janeiro de 1990 (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2018).

Primeiramente, as Reservas Extrativistas compreendiam apenas áreas florestais; posteriormente, o modelo foi estendido às áreas marinhas costeiras, denominando-as de Reservas Marinhas, beneficiando assim as comunidades pesqueiras (SILVA JÚNIOR *et al.*, 2014). Desse modo, as Reservas Extrativistas compreendem essas duas subcategorias: Resex Florestais e Resex Marinho Costeiro.

As Reservas Extrativistas pertencem à categoria de uso sustentável e possuem como características básicas a garantia da exploração sustentável dos recursos naturais da unidade. Até agosto de 2018 existiam no Brasil 92 Reservas Extrativistas (Florestais e Marinhas). Destas, 26 são Estaduais e 66 Federais (UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL, 2018).

Tanto as Resex Florestais quanto as Resex Marinhos Costeiros são utilizadas por populações extrativistas tradicionais que exploram recursos extrativistas. Ambas têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000).

No entanto, essas subcategorias diferem uma da outra, sobretudo no aspecto de espacialidade geográfica, pois as Resex Marinhos Costeiros compreendem o bioma marinho costeiro, que é uma transição entre os ecossistemas continentais e marinhos, e as Resex Florestais compreendem áreas terrestres, constituídas por seis diferentes biomas: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampas

⁶ Idealizado por Chico Mendes, propõe a união dos índios e dos seringueiros para lutar em favor da preservação da floresta Amazônica (OLIVEIRA FILHO, 2012).

(INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, 2018b).

Para Santos e Schiavetty (2013, p. 479), o modelo de Reserva Extrativista que é transferido para o ambiente marinho encontra conflitos de ordem legal conforme a atual legislação brasileira: “[...] o conflito se dá devido ao impedimento de acesso aos recursos nas áreas delimitadas como reserva pelos cidadãos não designados como população tradicional”. Essa restrição de acesso pode gerar conflitos entre os beneficiários e aqueles que, com a delimitação das Resex Marinhas Costeiras, não se enquadram como tal.

No entanto, ao conceder o direito de uso às populações tradicionais, o Estado contribui para que as populações beneficiárias tenham a garantia de acesso e utilização sustentável dos recursos naturais das áreas cedidas. No caso da Resex Marinho Costeiro, a criação desse espaço contribui para beneficiar uma categoria que historicamente ficou à margem das políticas sociais: os pescadores artesanais, os ribeirinhos e as populações tradicionais residentes em áreas marinhas costeiras (CHAMY, 2004).

Nesse contexto, a criação das Reservas Extrativistas envolve tanto a mobilização das populações tradicionais, que lutam tanto pela garantia territorial, quanto pela manutenção dos seus meios de vida. Além disso, essa luta envolve também uma perspectiva cultural, simbólica e ancestral de relações que as populações tradicionais normalmente possuem com o território e os seus recursos.

No contexto das Reservas Extrativistas Marinhas, essa preocupação torna-se ainda maior, envolvendo um desafio de maiores proporções em virtude da localização privilegiada e dos diversos interesses em voga, como é o caso da Resex Marinha de Canavieiras, Unidade de Conservação de Uso Sustentável localizada na Região Sul da Bahia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DESAFIOS DA CRIAÇÃO DE UMA RESERVA EXTRATIVISTA: A CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS - BAHIA

As áreas costeiras e marinhas do Brasil constituem regiões privilegiadas

do ponto de vista de sua localização, despertando uma infinidade de interesses, haja vista o seu potencial exploratório. Assim, a delimitação desses espaços como Unidade de Conservação, ainda que de uso sustentável, pode incorrer em distintas formas de conflitos socioambientais em virtude dos diversos interesses em curso.

Diversos são os atores imersos no contexto de criação de uma Unidade de Conservação em determinadas áreas. No caso das Reservas Extrativistas Marinhas, esses atores são constituídos por populações tradicionais beneficiadas a partir da demarcação do território, bem como de populações que, ainda que residentes na região, passam a ter algumas restrições de uso dos recursos e do território em determinadas áreas. Além disso, empresários, políticos e outros atores sociais especulam as áreas demarcadas para outras formas de uso, que a criação de uma Reserva Extrativista geralmente limita e/ou impede.

Corroborando com essa questão, Diegues (2001) diz que a grande potencialidade apresentada pelas regiões costeiras e litorâneas favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, dentre as quais o turismo, tem levado ao surgimento de relações conflituosas causadas pelo uso do espaço e pelo modelo de implementação e desenvolvimento dessas atividades, as quais negligenciam a participação das comunidades.

Tal abordagem vai de encontro ao processo de criação da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, localizada na região Sul do Estado da Bahia, compreendendo uma área que abrange três municípios: Canavieiras, Una e Belmonte.

Resultante de um processo de lutas, resistências e conflitos, a criação dessa Resex teve o protagonismo e o enfrentamento conjuntos dos extrativistas e das comunidades que a constitui.

3.2 A CRIAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CANAVIEIRAS, MOBILIZAÇÃO, LUTAS, CONQUISTAS E DESAFIOS

É importante ressaltar que, nesta seção, são utilizados predominantemente os dados oriundos da pesquisa de campo, os quais, conforme apontado na metodologia, compreenderam a realização de entrevistas e a observação participante

realizada entre os meses de setembro a outubro de 2015 na Resex Marinha de Canavieiras.

Criada pelo Decreto sem número de 06 de junho de 2006, a Resex Marinha de Canavieiras integra o conjunto das quatro unidades marinhas localizadas no Estado da Bahia. Antes da sua criação, porém, os atores sociais que a constituem passaram por uma infinidade de acontecimentos envolvendo conflitos e atores sociais distintos.

As mobilizações pela criação da Resex se tornaram latentes em virtude de um cenário de exploração dos recursos naturais e do território com a finalidade turística, de especulação imobiliária e de implementação de atividades de carcinicultura (criação de camarão em cativeiro) na região. Atividades que ameaçavam o meio ambiente por conta da poluição, bem como ameaçavam a população tradicional e sua forma de utilização dos recursos naturais, com vistas à manutenção dos seus meios de vida, a partir da privatização, cerceamentos e proibições de utilização do território e dos recursos nele contido pelas populações tradicionais.

As primeiras mobilizações pela criação da Resex tiveram início em meados da década de 1990, em um contexto de mobilização comunitária de comunidades afetadas pela redução do caranguejo na região, fato que vinha acontecendo, tanto em virtude da forma de exploração desse marisco, quanto da propagação de pragas em diversas regiões do Brasil. Essas mobilizações surgem como forma de solucionar o problema do caranguejo e preservar essa atividade, que era fonte de trabalho e renda para diversos extrativistas residentes na região de Canavieiras (BA).

A partir do momento que os mobilizadores e população favorável à criação de uma Unidade de Conservação decidem pela configuração e Resex como categoria a ser criada em Canavieiras, instituiu-se um grupo chamado “Grupo Pró Resex”. Nele estavam envolvidos algumas comunidades e organizações do município de Canavieiras, quais sejam: Puxim do Sul, Oiticica, Campinhos e a sede do município sob a representação da Colônia de Pescadores Z 20.

A partir daí surgem também algumas organizações apoiadoras no processo. Uma das primeiras foi o PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais, uma Organização da Sociedade Civil para o Interesse Público (OSCIPI) sediada no município de Salvador (BA), entidade que havia vencido um edital do Fundo

Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para realizar o levantamento dos ecossistemas manguezais da região devido ao período de defasagem do caranguejo. A partir da realização desse trabalho com os manguezais da região, o PANGEA começou a se envolver também no processo de criação da Resex.

Em 2002 o PANGEA iniciou um conjunto de ações na região, realizando um levantamento de espécies do manguezal. Nesse período, foram realizadas diversas reuniões, teve início o processo de criação do acordo de pesca, bem como de reconfiguração social por meio, principalmente, da aproximação das comunidades que aos poucos foram sendo incorporadas à luta social. Nesse período, as sete comunidades que integram atualmente a Resex (Campinhos, Oiticica, Barra Velha, Puxim do Sul, Puxim da Praia, Atalaia e a sede municipal) começaram a participar das reuniões conjuntas, pois, segundo informações de campo, até então não havia uma interação entre as mesmas. Essa participação daria início posteriormente ao grupo denominado G7, que tomou a frente das ações de luta pela criação da Resex.

Desse modo, a incorporação das comunidades extrativistas configurou-se uma importante etapa para o alcance dos objetivos pretendidos, ampliando e fortalecendo o movimento social em prol da criação da Resex. Tal incorporação aconteceu em 2002, quando as lideranças comunitárias se uniram e tomaram frente na condução das discussões. Segundo informações de campo, no momento em que essas comunidades se juntaram, iniciou a luta política pela criação da Resex: “O que nós entendemos por início é o início da luta política que foi justamente quando as sete associações se juntaram no processo de criação da Reserva!” (ENTREVISTADO W, 2015).

A partir da criação do G7, os conflitos de interesses entre os que eram a favor e os que eram contrários à criação da Reserva começaram a se acentuar. No entanto, esse contexto conflituoso serviu para incentivar a articulação social dos pescadores e pescadoras artesanais, permitindo maior engajamento e união das diferentes organizações presentes (associações e colônia) que se articularam para a defesa de seu território de uso tradicional da invasão de outros segmentos que os impediriam de exercer suas atividades (CURADO, 2014).

Diante disso, a luta iniciada pelos extrativistas ainda enfrentaria uma diversidade de barreiras, especialmente para as pessoas que lideravam o

movimento, uma vez que estas passaram a sofrer ameaças e intimidação, dentre outros acontecimentos. Contudo, a união e a tranquilidade dos extrativistas foram apontadas nas entrevistas como fator importante no processo de organização e de luta: “Deus ajudou que nós nunca entramos em confronto. A gente sempre tinha sabedoria. Quando tinha uma pessoa, alguns que no meio era mais [...]. Outros maneiravam: Ô deixa isso para lá! Não vamos agir dessa maneira, vamos na sabedoria!” (ENTREVISTADO E, 2015).

Como parte integrante da criação de todas as categorias de unidades de conservação, de acordo com o SNUC é obrigatória a realização de consulta prévia (BRASIL, 2000). Assim, em 2003 aconteceu a primeira Consulta Pública para a criação da Resex. No entanto, a participação nessa primeira consulta não foi tão expressiva (levando em consideração a quantidade de extrativistas que existem nesse território). Além disso, grande parte do público presente era constituída de pessoas que não realizavam atividade extrativista e que, portanto, não era o público adequado para participar da consulta.

Com isso, em 2005 constatou-se a necessidade de realização de uma nova Consulta Pública, a qual foi realizada em 04 de dezembro de 2005 na Comunidade de Barra Velha em Canavieiras e contou com a participação de aproximadamente 600 pessoas - entre eles pescadores, líderes das comunidades, sociedade civil organizada, poder público municipal, empresários e outros.

Como as discussões em torno da criação da Resex estavam ganhando força, houve o início também de ações contrárias à sua criação, havendo, nessa época, tentativa de boicote para que a Consulta Pública não acontecesse. Segundo dados de campo, o prefeito municipal que estava no poder nesse período (2005 a 2012) não queria a criação da Resex. Por isso, ao perceber a quantidade de pessoas presentes na consulta, tentou fazer com que os mesmos não assinassem a lista de presença; ainda assim foram obtidas 483 assinaturas e a consulta foi validada.

Após a última Consulta Pública, iniciaram-se as inquietações e os rumores de empresários que haviam comprado áreas na região, tendo início um movimento contrário à criação da Resex intitulado “Natureza sim, Resex não” constituído pelos empresários, carcinicultores (criador de camarão em cativeiro), prefeitura, setor hoteleiro, comércio, entre outros. Com o surgimento desse movimento,

iniciou-se também no município de Canavieiras uma campanha cujo principal intuito era propagar a ideia de que a Resex seria um acontecimento que atrasaria o desenvolvimento da cidade, além de colocar o pescador e as pessoas que faziam parte das comunidades na posição de subordinados do Estado.

Segundo dados de campo, esse movimento e as informações propagadas tinham o intuito de cooptar os pescadores para que se posicionassem contrariamente à criação da Resex, enfraquecendo as mobilizações dos que eram a favor. Para tanto, o movimento contrário utilizava-se de argumentos tais como: de que as pessoas não seriam mais proprietárias das terras; não poderiam mais pescar; não poderiam andar com motor de rabeta nos rios; metade do que produzissem deveria ser entregue ao governo, entre outros argumentos denominados “boatos”.

Esse movimento também apontava as características positivas da construção dos hotéis que os grandes empresários trariam para a cidade, uma vez que esses empreendimentos gerariam diversos empregos e que a comunidade ganharia muito mais com isso do que com a criação de uma Reserva Extrativista. Esse contexto de disputas por território, de promessas de desenvolvimento para a região e pela não criação da Resex, o movimento contrário ganhou também um número expressivo de adeptos no município de Canavieiras.

Em 2006, o G7 participou de uma reunião no município de Ilhéus (BA), na qual estava presente a então ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Nessa ocasião, o grupo conversou com a ministra, falou sobre a criação da Resex e a mesma garantiu que seria criada. Em 6 de junho de 2006, foi decretada a criação da Resex Marinha de Canavieiras, caracterizando-se assim como uma grande conquista para as populações locais, sobretudo aquelas que lutaram por tal acontecimento, todavia, nesse ínterim, aumenta a insatisfação daqueles que não desejavam tal ação.

O processo de luta foi extenso, perpassando por muitos acontecimentos antes da criação da Resex e evidenciando uma diversidade de conflitos socioambientais, os quais visavam impedir a criação da Resex, mas que, ao mesmo tempo, impulsionava as comunidades no enfrentamento das adversidades com vistas à criação da mesma. Diversas pessoas, sobretudo os líderes do movimento favorável à criação, sofriam intimidações e pressões para que desistissem. Houve relatos inclusive de que deveria morrer algum integrante do movimento para que o mesmo enfraquecesse.

Não houve nenhuma morte de forma direta por conta dessas lutas, embora, segundo dados de campo, a morte da esposa de um dos líderes do movimento por um infarto fulminante seja atribuída a esse processo, além de haver muita pressão sobre os extrativistas favoráveis à criação da Resex, conforme relato a seguir:

Todas essas lideranças que você está vendo aí. Todas foram ameaçadas. A gente não saía de noite. Quando entrava pela porta da sala saía pela da cozinha! Quando se saía na rua aqui de Canavieiras, eram todos juntos, mas quando chegava em um lugar para tomar um refrigerante ou um suco era com as costas virada para a parede (ENTREVISTADO C, 2015).

A fala do entrevistado destaca a pressão sofrida pelos líderes do movimento na época de constituição da Resex, o que, no entanto, não os desmotivou da luta, contribuindo inclusive para aumentar a união entre essas lideranças e a mobilização em prol da criação da Resex, protegendo com isso o território ameaçado e protegendo-se mutuamente.

Diante de tudo isso, a Reserva surgiu no sentido de contribuir para a restauração do meio ambiente já degradado, preservar o meio ambiente ameaçado e inibir a inserção ou permanência de atividades econômicas não típicas do extrativismo em sua área de abrangência (AGUIAR, 2011).

Tal contexto evidenciou a diversidade de interesses voltados para a localidade onde hoje se encontra a Resex Marinha de Canavieiras, os conflitos socioambientais e as formas de enfrentamento dos mesmos e a importância da organização comunitária e mobilização coletiva como forma de enfrentar e superar as adversidades encontradas, com vistas à proteção de um território cobiçado por diversos interesses, garantindo assim, por meio da criação de uma Unidade de Conservação (Resex), a proteção do território e manutenção dos meios de vida das populações que ocupa tradicionalmente.

É importante destacar que as pressões, insatisfações e diversidades de interesses contrários à criação da Resex continuam existindo, inclusive, na tentativa de revogar o seu Decreto de Criação. Com esse intuito, em dezembro de 2016 a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou

o Projeto de Lei 3068/15 do deputado Sérgio Brito (PSD-BA) que transforma a Resex de Canavieiras em Área de Proteção Ambiental-APA (REDE WEB NEWS, 2018). Segundo informações disponíveis no *site* da Câmara dos Deputados, o projeto (BRASIL, 2015) está aguardando parecer do relator na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).

A transformação da Resex em APA, se adotada, representará um retrocesso na luta e nas conquistas adquiridas pela população tradicional, ameaçando não só a garantia territorial, mas também a consequente manutenção dos seus meios de vida. Assim, faz-se ainda mais necessário o fortalecimento das organizações sociais favoráveis e maior engajamento e enfrentamento com vistas à manutenção da Resex.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Reservas Extrativistas são espaços territoriais criados com o intuito de contribuir para a preservação de determinadas áreas ambientais, aliando a conservação dos recursos naturais com a manutenção dos meios de vida das populações que integra e que faz uso tradicionalmente do território e dos seus recursos.

A criação desses espaços faz parte de um contexto de distintas lutas e atuações, no qual as populações tradicionais tiveram e têm grande relevância, com vistas à garantia dos seus territórios frente aos diversos interesses emergentes, sobretudo, com o intuito de maximização dos lucros e de manutenção de uma lógica desenvolvimentista predatória e destrutiva ambiental e por consequência social. Desse modo, a criação das Resex também é palco de conflitos socioambientais, uma vez que congrega interesses antagonicos em torno do seu surgimento.

Se tratando dos espaços marinhos, as dificuldades ganham algumas particularidades, em decorrência da localização em que as Unidades de Conservação são implementadas, haja vista que as regiões costeiras e marinhas brasileiras correspondem a uma pequena parcela, quando comparado com os espaços terrestres e, portanto, os interesses de usufruto desses espaços são diversos, destacando-se a especulação imobiliária e utilização com finalidade turística. Com isso, muitas vezes criar uma Unidade de Conservação nas regiões costeiras e marinhas brasileiras

caracteriza-se um grande desafio que requer a atuação e mobilização coletivas das comunidades que ocupam tais áreas.

Nesse contexto, a criação da Resex Marinha de Canavieiras representou um exemplo emblemático de como a atuação comunitária possui papel importante no enfrentamento dos distintos interesses em torno da criação de uma Reserva Extrativista em determinados espaços e da diversidade de conflitos socioambientais inerentes e latentes nesse contexto. O processo de criação dessa Resex Marinha foi extenso, assemelhando-se em muitos pontos ao processo de criação das Reservas Extrativistas no país, evidenciando o protagonismo junto aos atores sociais presentes nessas comunidades que historicamente faziam uso dos recursos territoriais contidos no espaço e que estavam tendo a sua atividade ameaçada com a implementação de outras atividades atípicas à região.

Nesse território, a atuação das populações tradicionais foi fundamental para superar um contexto de adversidades impostas e dos conflitos socioambientais emergentes, o que, no entanto, não foi adquirido de maneira fácil e passiva. As mobilizações sociais coletivas foram decisivas nos embates contrários às grandes maquinações e intentos capitalistas.

Assim, entende-se que a criação de espaços protegidos por meio de Unidades de Conservação é fundamental para a proteção territorial e a manutenção dos meios de vida das populações tradicionais. No entanto, para a sua criação é imprescindível a organização e mobilização dessas populações, com vistas ao enfrentamento dos interesses contrários à sua criação, sobretudo, em áreas marinhas, como é o caso da Resex Marinha de Canavieiras, dadas suas especificidades, a localização privilegiada e as perspectivas de distintas formas de exploração do capital financeiro que essa região possibilita.

Em Canavieiras, a criação da Resex representou muito mais que uma forma de garantir a proteção territorial para as populações tradicionais, garantindo tanto a conservação dos recursos comuns, quanto manutenção dos recursos naturais e a diversidade de valores a eles atribuídos pela população tradicional (material, cultural e simbólico). Essa luta, no entanto, não se finda com a criação da Resex em 2006, e, no momento atual, a tentativa de conversão da Resex em uma APA representa uma forte ameaça e que requer muito empenho e luta, assim como fora o processo de criação da Resex há alguns anos.

5 AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa. E, a todas as famílias da Resex Marinha de Canavieiras, que de forma muito gentil participaram da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. C. B. de. **Transformações socioambientais do município de Canavieiras (Bahia): uma análise à influência da Resex**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2011.

ALMEIDA, M. B. W. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, jun. 2004.

BENETTI, J. H. **A criação de unidades de conservação em áreas de assentamento de populações tradicionais um problema agrário ou ambiental?** [Aleixo, AM]: Fundação Vitória Amazônia, 1998.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PL 3068/2015**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1738598>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. 292 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 1 dez. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, inci-

sos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>. Acesso em: 15 jan. 2016.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades tradicionais**: o que são. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/o-que-sao-comunidades-tradicionais>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CHAMY, P. Reservas extrativistas marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. *In*: CONGRESO BIENAL DE LA ASOCIACIÓN INTERNACIONAL PARA EL ESTUDIO DE LA PROPIEDAD COLECTIVA (IASCP), 10., 2004, Oaxaca. **Anais** [...]. Oaxaca, México: [IASCP], 2004.

CURADO, I. B. Resex Canavieiras: articulação social como resposta aos conflitos vivenciados na criação da unidade. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29., 2014, Natal. **Anais** [...]. Brasília: Associação Brasileira de Antropologia, 2014.

DIEGUES, A. C. **Ecologia humana e planejamento em áreas costeiras**. São Paulo: NUPAUB, 2001.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

Resex de Canavieiras. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/resex-de-canavieiras?highlight=WyjYW5hdmlaXJhcyJd>. Acesso em: 27 ago. 2018a.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Unidades de conservação**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em: 28 ago. 2018b.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Universidade Federal de Viçosa. **Relatório Parcial II Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras, localizada nos municípios de Canavieiras, Una e Belmonte no Estado da Bahia**. Viçosa, 2015.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002.

MILANEZ, F. 25 anos sem Chico Mendes. **Carta Capital**, 22 dez. 2013.

MUCELIN, C. A.; BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 20, n. 1, p. 111-124, 2008.

MUNIZ, L. M. Ecologia política, o campo de estudos dos conflitos socioambientais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 6, n. 12, p. 85-103, 2009.

NAKASHIMA, M. **Chico Mendes por ele mesmo**. São Paulo: Martin Claret, 1992.

NUNES, L. H. Repercussões globais, regionais e locais do aquecimento global. **Terra Livre**, ano 19, v. 1, n. 20, p. 101-110, 2003.

OLIVEIRA FILHO, Marco Aurélio Maia Barbosa. A luta dos seringueiros e a criação das reservas extrativistas: os trabalhadores da borracha numa perspectiva histórica. **Revista Eletrônica Centro de Memória Operária e Popular**, n. 1, mar. 2012.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, set./dez. 2001.

REDE WEB NEWS. **Projeto de Lei transforma (RESEX) de Canavieiras em (APA) Área de Proteção Ambiental**. 2018. Disponível em: <https://istoenoticia.com/?p=5999>. Acesso em: 28 ago. 2018.

RESERVA Extrativista Alto Juruá. *In*: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/uc/177>. Acesso em: 28 ago. 2018.

RODRIGUES FILHO, S.; SANTOS, A. S. **Um futuro incerto**: mudanças climáticas e a vida no planeta. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SANTOS, C. Z.; SCHIAVETTI, A. Reservas extrativistas marinhas do Brasil: contradições de ordem legal, sustentabilidade e aspecto ecológico. **Boletim Instituto de Pesca**, n. 39, v. 4, p. 479-494, 2013.

SILVA JÚNIOR, S. R. da; SIQUEIRA, D.; MANESCHY, M. C.; RIBEIRO, T. G. Conservação dos recursos naturais, práticas participativas e institucionalização: reserva

extrativista de Caeté-Taperaçu/Amazônia brasileira. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 18, n. 477, maio 2014.

SILVA, N. Q. A. da; MULLER, C. A. da S. Reservas extrativistas na Amazônia: uma visão dos atores por meio do discurso do sujeito coletivo. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 1, p. 191-212, jan./mar. 2017.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL. **Reserva extrativista**. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/uso-sustentavel/reserva-extrativista>. Acesso em: 28 ago. 2018.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 2003.

VIEGAS, Rodrigo Nunes. Conflitos ambientais e lutas materiais e simbólicas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 145-157, jan./jun. 2009.

Recebido em: 15/05/2017

Aceito em: 26/09/2018